

**AS (DES) CONTINUIDADES DO TRABALHO NA SOCIEDADE DA PÓS-GRANDE INDÚSTRIA E A VALIDADE DA TEORIA DO VALOR-TRABALHO**

*AS (DES) CONTINUITIES OF WORK IN THE INDUSTRY AND POST-GRAND INDUSTRY OF VALUE-WORK THEORY*

Roberta Letícia Pereira Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** Do rompimento com a lógica industrial taylorista/fordista no final da década de 1970 emerge a sociedade da Pós-grande indústria erigida sobre a dinâmica de produção pautada no conhecimento e na tecnologia e não mais no *quantum* de trabalho. A flexibilização das relações de trabalho, acrescidas de uma tendência à desvalorização dos investimentos em capital produtivo somada ainda ao alto salto tecnológico, culminam, pois, em um cenário de desarticulação do operário-massa que se vê diante de uma agravante instabilidade e heterogeneização. O que tem subsidiado o argumento da tese que aponta para o fim da centralidade do trabalho. Em oposição a esta, compartilharemos aqui das interpretações de Ruy Fausto (1989) a partir de sua leitura das postulações marxistas, e de outras contribuições as quais intentam trazer à luz as mutações ocorridas no interior do processo de produção capitalista que demarcam a ruptura com a sociedade industrial, em favor de um movimento de *reposicionamento* do trabalho e não do *deslocamento* de sua centralidade.

**Palavras-chave:** Acumulação Flexível; Pós-grande indústria; Trabalho.

## INTRODUÇÃO

Entender as configurações do trabalho na sociedade atual requer remontar ao arcabouço de transformações ocorridas, sobretudo no final do século XX, que possibilitaram ao capital uma nova roupagem e novos mecanismos de expansão. Nessa direção é que se torna pertinente debruçarmos no entendimento de como e com base em quais subterfúgios, e principalmente, com vistas e em oposição à o sistema capitalista direcionou suas estratégias de reorganização.

Na tentativa de tornar inteligível o conjunto de transformações, não só econômicas, mas políticas e culturais que marcaram a ruptura com a sociedade

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social PPGDS/UNIMONTES. E-mail: [roberta933009@hotmail.com](mailto:roberta933009@hotmail.com).

taylorista/fordista Harvey (1989) indica uma relativização do tempo e do espaço na sociedade emergente na qual o capital tende a se apropriar e a dominar cada vez mais espaços em um menor tempo. Sendo isso possível, graças ao avanço tecnológico e científico.

Nesse sentido, a pós-grande indústria, assim denominada por Fausto(1989) é a etapa da produção capitalista caracterizada pelo acúmulo de conhecimento socialmente construído que se transforma em força produtiva, o que implica na liberação da produção de riqueza do trabalho imediato e do tempo de trabalho dispendido. No entanto, ciência e trabalho não se eliminam mutuamente, ao contrário, ao entrar em contato com as máquinas inteligentes, o trabalhador transfere o conhecimento que porta, o que gera um processo de retroalimentação. (ANTUNES,2005)

Contudo, mesmo não eliminando a importância do trabalho, a absorção da ciência pelo processo de produção capitalista põe em evidência seu caráter espoliativo que se dá na [...] apropriação do “conhecimento social geral” por uma classe dominante, em bases “mesquinhas”. (ALBUQUERQUE, 1996, p. 34)

A propósito, se tem o tendente desemprego e subcontratação, resultantes da flexibilidade necessária a essa nova etapa do desenvolvimento capitalista, ademais devem ser considerados ainda os aspectos quanto à formação exigida ao trabalhador que passa todo o curso de sua vida em uma constante busca pela qualificação que está em um processo permanente de adequação aos avanços tecnológicos.

Ainda deve ser destacada a fragilização e a desarticulação da capacidade de mobilização dos trabalhadores enquanto classe, em decorrência da atomização e da individualização consequências das incertezas que permeiam o universo dos que vivem da venda de suas forças-de-trabalho.

Neste sentido é que se evidencia aqui, com base nos autores referenciados, uma (des) continuidade do caráter do trabalho na sociedade da pós-grande indústria (FAUSTO, 1989), que apesar de sofrer fortes transformações, de estar flexibilizado, desterritorializado, continua assentado em uma relação intrinsecamente desigual entre trabalho e capital.

Parte-se também do entendimento de que, a partir do desvelamento da real natureza do processo que culminou no cenário atual do mundo do trabalho é possível

depreender o reposicionamento e não o deslocamento do trabalho enquanto categoria sociológica chave na compreensão da sociedade vigente.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRANSIÇÃO CAPITALISTA

Prado (2005b), sob a luz das postulações de Ruy Fausto, expõe que, até chegar a sua forma atual, o capitalismo passou por três momentos distintos. Sendo o primeiro o capitalismo concorrencial que, na história do capitalismo corresponde à fase da *cooperação* e da *manufatura*, caracterizado pela **subsunção**<sup>2</sup> **formal** do trabalho. Nesta fase o trabalhador ainda exerce certa influência, oriunda de sua subjetividade, no processo de produção, e o que predomina é a extração de mais-valia absoluta, o que significa que o trabalho excedente, gerador de lucro, é extraído do aumento da jornada de trabalho.

O período da “*subsunção formal do trabalho ao capital*” evidenciado por Prado (2005b) equivale à postulação de, dentre outros, Márcio Pochmann (2000), apresentada pelo conceito de “*primeira revolução industrial e tecnológica*”, que, segundo o economista, data do final do século XVIII e início do XIX e é marcado por transformações relativamente simples na base produtiva e técnica que tinham a Inglaterra como centro irradiador. Além disso, tal período caracteriza-se por:

[...] queda da renda agrícola e a aceleração da proletarização de grandes massas de camponeses, [...] por extensas jornadas de trabalho, contratos individuais e de adesão, uso intensivo do trabalho feminino e infantil, baixos salários, entre outros (POCHMANN, 2000, p. 30/31).

É somente com o advento da *grande indústria*, que passa a haver a **subsunção real** do trabalho ao capital, o que implica no controle massivo do processo de produção de acordo com o interesse capitalista, o que possibilita a diminuição dos custos e do tempo de produção e, por conseguinte o aumento dos lucros. Sendo que, deste período é possível depreender duas etapas: a concorrencial e a monopolista. (PRADO, 2005b)

---

<sup>2</sup> Por subsunção, equivale a dizer, o controle da subjetividade do trabalhador em sua atividade criativa, sendo que as formas de subsunção do trabalho ao capital coincidem com os estágios do processo de desenvolvimento do sistema capitalista de produção. (FAUSTO 1989)

De acordo com o autor, a empresa monopolista (taylorista/fordista), caracterizada pelo controle da produção e a massificação do produto e do consumo, marca o ápice do período que consiste na segunda fase da transição capitalista. Nas palavras do autor, a respeito das transformações incitadas pela empresa monopolista:

[...] não se devem entender apenas novas técnicas de organização da produção, mas procedimentos que moldam e controlam os trabalhadores. Eles estendem, aperfeiçoam e efetivam os sistemas de produção nucleados pelos sistemas de máquinas, os quais levam a um grau mais alto a supressão dos processos de trabalho como tais, com a concomitante constituição de gigantescos macro-sujeitos objetivos capazes de produzir grandes volumes de mercadorias. Vem a ser, pois, a plena efetivação de lógicas de produção objetivas que aparecem como realizações próprias do capital, mas que estão de fato a serviço de sua acumulação acelerada. Os autômatos fabris criados pela primeira revolução industrial transformaram-se, agora, em grandes empresas com muitos níveis hierárquicos e ampla complexidade organizacional. A subsunção real torna-se mais perfeita no chão de fábrica e é, ao mesmo tempo, estendida também para os escritórios, tornando-se inclusive organizacional. (PRADO, 2005, p. 16/17)

Nessa direção, Harvey (1989) esclarece que o período do pós-guerra compreendido entre 1945 e 1973 é caracterizado na história do capitalismo pelo controle de todas as esferas sociais, que vai do trabalho ao consumo, direcionando também as decisões do poder político-econômico. Tal controle é inaugurado pelo modelo fordista. Segundo o autor, [...] o fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total. (HARVEY, 1989, 131)

O poder totalizante do modelo fordista agregava os princípios da administração científica taylorista, baseada na noção de racionalização e separação sistemática de tarefas no âmbito da produção com ênfase no controle de tempos e movimentos, à percepção de que produção e consumo estavam intrinsecamente relacionados, de modo que novas formas de produção reverberam nas ações do indivíduo enquanto consumidor e nas suas formas de viver, pensar e se relacionar. (HARVEY, 1989)

O autor considera ainda a forte participação do Estado na consolidação e expansão do fordismo no intuito de possibilitar a geração de lucros aos altos investimentos na produção em massa, forte característica da etapa fordista.

[...] o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. (HARVEY, 1989, 129)

Nessa mesma direção, Pochmann (2000) atribui valor à observação de Harvey (1989) ao constatar que em um primeiro momento desta etapa, que, segundo ele, representa a “*segunda revolução industrial*”, as políticas do trabalho e de garantia de renda se mostravam bastante limitadas quanto à superação do problema do livre mercado de trabalho. Entretanto, Pochmann continua,

[...] com a consolidação da Revolução Russa em 1917, a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1919, o agravamento da crise econômica no final dos anos 20 e a nova conformação política contrária ao liberalismo do século XIX em vários países, foram forjadas medidas inovadoras no campo da regulação pública, voltadas para o pleno emprego, e estabilidade monetária e a melhor distribuição de renda (BEVERIDGE, 1944; KEYNES, 1987 apud POCHMANN, 2000, p. 32).

Este contexto de reconstrução produtiva do pós-guerra, como afirma Pochmann (2000), culminou na rápida expansão da economia e em uma realidade de quase pleno emprego configurando a estabilidade econômica e a regulação do mercado de trabalho. Deste período observa-se também a retração dos índices de pobreza e o avanço no padrão de distribuição de renda graças a um padrão sistêmico de integração social. Por padrão sistêmico de integração social, Pochmann (2000, p. 13) define como sendo o responsável por:

Um conjunto de condições favoráveis ao mundo do trabalho, por meio da presença de um quase pleno emprego, do desenvolvimento do Estado de bem-estar social e da forte atuação dos sindicatos e partidos políticos comprometidos com os trabalhadores.

Ao contextualizar o papel do Estado no processo de desenvolvimento e de transição do capitalismo Prado (2005b), observa três etapas do liberalismo, ideologia atrelada ao capitalismo, sendo elas: a do *liberalismo clássico*, do *liberalismo social*, e o *neoliberalismo* que seriam, em grande medida, responsáveis pelo desfecho das transições históricas do capitalismo.

Segundo o autor, a passagem do liberalismo clássico ao liberalismo social se da justamente através da reformulação do papel do Estado em relação a sua interferência na atividade econômica diante dos desafios do capital monopolista, especialmente no século XX com o objetivo de regular e balancear a atividade econômica e impulsionar a geração de riquezas.

Ainda assim, os benefícios do fordismo não puderam ser logrados por todos. Pois, como esclarece Harvey (1989), os salários eram definidos por certos setores da economia e certas nações-Estado em que a alta demanda possibilitava o incremento tecnológico na esfera da produção, diferentemente de outros setores em que os salários eram baixos e os empregos inseguros por não corresponderem a uma produção que garantisse o retorno do investimento. O que acarretava uma grande disparidade entre o mercado de trabalho dividido entre um setor monopolista e um setor competitivo, sendo este último privado dos privilégios, (O'Connor, 1973 apud Harvey 1989). O que gerou um sério descontentamento por parte dos prejudicados.

As contradições do sistema fordista seguiram se tornando cada vez mais evidentes e profundas, sua expansão havia deixado um rastro de desigualdade, entre indivíduos, entre nações que se viram enganadas pela promessa de modernização e que, no entanto tiveram suas culturas solapadas em troca de ganhos ínfimos. Contudo, o modelo fordista, como observa Harvey (1989), ainda teve fôlego para continuar ditando e direcionando as ações econômicas, políticas e sociais.

Em reação ao controle fordista, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 é observado o movimento de revolta do operário-massa, tal como é evidenciado por Antunes (2009), que decorre justamente do fato da não adequação de parte hegemônica do proletariado às imposições do processo produtivo.

Tendo perdido a identidade cultural da era artesanal e manufatureira dos ofícios, esse operário havia se ressocializado de modo relativamente “homogeneizado”, quer pela parcelização da indústria taylorista/fordista, pela perda da destreza anterior ou ainda pela desqualificação repetitiva de suas atividades, além das formas de socialização ocorridas fora do espaço da fábrica (ANTUNES, 2009, p. 42/43).

Ainda de acordo com Antunes (2002), a insatisfação da classe trabalhadora se materializou em ações de sabotagem no ambiente de trabalho como forma de contestar as evidentes contradições inerentes a nova forma de gerência do trabalho, que, se por um lado privava o trabalhador de executar suas capacidades criativas, subjetivas, do outro exigia dele, rotineiramente, a realização de reparos às falhas ocasionadas pelas deficiências da “gerência científica”.

Ainda que somada as já anunciadas debilidades do modelo de acumulação vigente, o conflito proletário dos anos 1960-70 seguia em direção ao seu esvanecimento graças à falta de articulação com as organizações sindicais e com as políticas constitutivas do modelo social-democrata.

Estas ações encontraram limites que não puderam transcender. Primeiro era difícil desmontar uma estruturação organizacional social-democrática consolidada durante décadas e que tinha deixado marcas no interior do próprio proletariado. A luta dos trabalhadores, se teve o mérito de ocorrer no espaço produtivo fabril, denunciando a organização taylorista e fordista do trabalho bem como dimensões da divisão social hierarquizada que subordina o trabalho ao capital, não conseguiu se converter num projeto societal hegemônico contrário ao capital.[...] As práticas auto-organizativas acabaram por se limitar ao plano microcósmino da empresa ou dos locais de trabalho, e não conseguiram criar mecanismos capazes de lhe dar longevidade (ANTUNES, 2009, p. 46).

No entanto, nem mesmo com a interferência do Estado foi possível continuar adiando o declínio do fordismo. De acordo com Harvey (1989) a deflagração da queda da produtividade e da lucratividade dos Estados Unidos após 1966, como consequência da contração do crédito assim como da formação do mercado do eurodólar, acrescidos da substituição de importações em países de Terceiro Mundo e da intensificação da competição internacional pela disputa de expansão de mercados recém-industrializados

culminou em uma forte ameaça a hegemonia estadunidense [...] a ponto de fazer cair por terra o acordo de Bretton Woods<sup>3</sup> e de produzir a desvalorização do dólar. (Harvey, 1989, p. 135)

No início da década de 1970, a fragilização do Sistema Monetário Internacional e do padrão de industrialização norte-americano, que no pós-guerra havia se generalizado para a Europa Ocidental, Japão, chegando, posteriormente, a alcançar algumas economias da periferia mundial, marcam a agudização da crise econômica que tem, por consequência, a [...] perda da capacidade geral de dinamização da economia mundial (POCHMANN, 2000, p. 14).

Estes fatores confluem para a noção de urgência na articulação de novas saídas para a acumulação capitalista frente à derrocada do modelo taylorista/fordista. Sendo rigidez a palavra chave para compreender a deficiência desse modelo.

Havia problemas de rigidez com os investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor "monopolista"). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora - o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972. A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos (HARVEY, 1989, p. 135/136).

O entendimento passa a ser então o de que, a rigidez, presente nas várias esperas sociais, acabava por minar ao invés de impulsionar, a acumulação do capital. O que, de acordo com Harvey (1989), acaba por levar à percepção da necessidade de uma

---

<sup>3</sup>O acordo de BrettonWoods, de 1944, transformou o dólar na moeda-reserva mundial e vinculou com firmeza o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana. A América agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações.

reestruturação econômica e um remodelamento político e social nas décadas de 70 e 80, que marcam, segundo o autor, a passagem à *acumulação flexível*.

Sendo um dos elementos causais da eclosão da crise dos anos 1970 (ANTUNES, 2009), os movimentos de reação à classe trabalhadora imprimiram ao capital a necessidade de novas formas de controle que possibilitassem, além de tudo uma supressão, ainda maior, das reivindicações trabalhistas. Nesse sentido, o expressivo salto tecnológico, torna-se um dos componentes mais característicos da etapa da *acumulação flexível*.

No intuito de evidenciar esta relação, Antunes (2009) aponta para grande perspicácia do capital em converter as capacidades de organização e mobilização da classe trabalhadora, tal como demonstradas nas lutas trabalhistas, em um dos principais componentes produtivos da empresa flexível e seus meios de produção altamente tecnológicos. O que se traduz na observação de que:

Os trabalhadores tinham se mostrado capazes de controlar diretamente não só o movimento reivindicatório, mas o próprio funcionamento das empresas. Eles demonstraram, em suma, que não possuem apenas uma força bruta, sendo dotados também de inteligência, iniciativa e capacidade organizacional. Os capitalistas compreenderam então que, em vez de se limitar a explorar a força de trabalho muscular dos trabalhadores, privando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados nas compartimentações estritas do taylorismo e do fordismo, podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtualidades da inteligência. Foi com esse fim que desenvolveram a tecnologia eletrônica e os computadores e que remodelaram os sistemas de administração de empresa, implantando o toyotismo a qualidade total e outras técnicas de gestão (BERNARDO, 1996 apud ANTUNES, 2009, p. 46/47).

Nesse sentido nasce o trabalhador da pós-grande indústria, o qual [...] torna-se, pois, guardião e regulador do processo de produção. (PRADO, 2005b, p.18).

Assentando-se nas noções de Ruy Fausto, Prado (2005b) conclui que, na *Pós-grande indústria* há então a *subsunção formal, intelectual e societária* do trabalho ao capital. Em outras palavras, o trabalhador deixa de ser peça no processo de produção,

contudo, se mantém subordinado de forma real ao capital já que continua não determinando os fins de sua atividade.

A paradoxal relação entre trabalho e capital inerente a esta terceira forma de subsunção do trabalho é explicitada na compreensão de que:

Na terceira forma temos a negação do trabalho como valor, e do tempo de trabalho como medida de grandeza de valor. [...] o terceiro momento lógico é o da intersubstituição das relações de apropriação o qual revela o fundo (Hintergrund) do sistema. [...] no plano de sucessão de formas do sistema a pós-grande indústria revela também esse fundo o que significa, mostra o sistema como fundado no roubo do tempo de trabalho alheio. (FAUSTO, 1989, p. 56)

Embora ainda assentado na expropriação da força-de-trabalho alheia, nesta etapa do desenvolvimento capitalista de produção, o principal componente produtivo passa a estar no *intelecto geral*, ou seja, no conhecimento socialmente criado e incorporado no processo produtivo.

Na pós-grande indústria, a matéria por excelência do capital — ou seja, a matéria principal que dá suporte às suas formas — não é mais a máquina, o sistema de máquina, a fábrica ou a fazenda em sua materialidade corpórea. A matéria privilegiada do capital, aquela em que recai o grande investimento porque aí está a fronteira da acumulação e a fonte dinâmica da geração de lucros, vem a ser agora o próprio conhecimento científico e tecnológico. (PRADO, 2005b, p. 18)

Nessa direção Harvey (1989) endossa que, o forte aparato tecnológico e suas implicações na vida dentro e fora das fábricas inaugura a sociedade da fluidez da fugacidade, com grandes impactos no processo de produção e de consumo. Intensifica-se a substituição da produção em massa pela produção em pequenos lotes, e a atenção dada ao consumo, que passa a contar com a constante criação de necessidades impostas nessa fase de flexibilização (HARVEY, 1989).

Ainda de acordo com o autor, a compressão do tempo e do espaço, alcançada por meio de aspectos como, a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte, é outro imperativo na expansão do capital na acumulação flexível, e que possibilitou a flexibilidade e mobilidade dos empregadores e, por conseguinte maior

dominação do capital sobre trabalho. O que, potencializado pelo alto índice de desemprego, culminou na transformação das relações de trabalho, dando aos patrões uma condição ultra-favorável para imporem regimes de trabalho flexíveis, inclusive de subcontratação. Tendência que se verifica nos dados apresentados pelo autor, segundo os quais:

Na Inglaterra, os "trabalhadores flexíveis" aumentaram em 16 por cento, alcançando 8,1 milhões entre 1981 e 1985, enquanto os empregos permanentes caíram em 6 por cento, ficando em 15,6 milhões (Financial Times, 27 de fevereiro de 1987). Mais ou menos no mesmo período, cerca de um terço dos dez milhões de novos empregos criados nos EUA estavam na categoria "temporário" (New York Times, 17 de março de 1988). (HARVEY, 1989, p. 144).

Outro aspecto deste cenário de fragilização da "sociedade do trabalho" relaciona-se a tendente valorização do capital financeiro em detrimento do investimento no capital produtivo no pós-1970, e, por conseguinte, uma queda drástica no número de oferta de postos de trabalho.

De acordo com Pochmann (2000), no Brasil, o efeito paradoxal das reformas econômicas liberalizantes sobre o mercado de trabalho pode ser apreendido do movimento contrário entre o crescimento do PIB – Produto Interno Bruto e a oferta de trabalho. Movimento este que, ao contrário do que vinha ocorrendo na década de 1980, culmina em 1996 em uma queda de 6,7% do emprego regular e regulamentado e com o aumento de 77,3% da taxa de procura por emprego, apesar do PIB ter registrado uma variação positivista durante os dezessete anos que antecedem a 1996.

Atualmente no Brasil, de acordo com a PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de domicílios realizada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizada no trimestre de abril a junho de 2018 a taxa de desocupação no país é de 12,4%.

Apesar de representar uma queda de -0,6 % em relação à taxa de desocupação verificada no mesmo trimestre móvel do ano anterior, os dados revelam que no número de **empregados com carteira de trabalho assinada** houve um recuo de -1,5% o que significa menos 497 mil empregados trabalhando formalmente no Brasil.

Paralelamente a este cenário, o número de **empregados sem carteira de trabalho assinada** no setor privado apresentou uma alta de 3,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, ou seja, mais 367 mil pessoas trabalhando à margem do sistema formal no país. (IBGE, 2018)

Como pode se depreender das contribuições trazidas, a intermitência, a flexibilidade, e a volatilidade do trabalho em oposição ao trabalho fixo, têm se mostrado cada vez mais uma tendência inerente ao estágio de produção e apropriação capitalista vigente.

Tais tendências são subsidiadas por uma base produtiva assentada crescentemente da liberação da produção de riqueza do tempo de trabalho imediato, a partir da introdução do conhecimento e da tecnologia socialmente criados. Ou seja, a expansão do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, que tem patrocinado o desemprego em massa e, por conseguinte, causado efeitos nocivos à classe trabalhadora.

Este cenário é que tem corroborado com o questionamento a própria imprescindibilidade da análise da categoria trabalho, que estaria segundo Claus Offe se mostrando cada vez mais inócua para a o entendimento das dinâmicas sociais.

### **A TESE DA PERDA DA CENTRALIDADE DO TRABALHO: DA SÍNTESE À ANTITESE**

De acordo com Offe (1989, apud. Prado, 2005) o trabalho ocupa uma posição central no pensamento sociológico tanto burguês com socialista que surgem em meados do século XVIII, no entanto, ele perde sua centralidade a partir dos anos 1950 e deixa de ser uma categoria sociológica chave na compreensão do capitalismo. O autor sustenta sua tese em três aspectos, sendo eles: [...] a pesquisa sociológica, a orientação ética da vida pessoal e a própria constituição do mundo do trabalho. (PRADO, 2005a, p. 39)

Sobre o primeiro aspecto, a justificativa decorre da percepção de que as explicações sobre os comportamentos e a dinâmica social, dadas pela pesquisa social deixaram de fundamentar-se nos conflitos de classe. Em relação ao segundo polo argumentado pelo autor, a ética do trabalho deixa gradativamente de ser a fonte de orientação subjetiva das ações humanas, tanto ao nível da integração quanto ao da

necessidade. E por último, o autor chama a atenção para a crescente diversificação e heterogeneização das atividades assalariadas, que impossibilitariam a unificação de uma classe social. (OFFE, 1989, apud PRADO, 2005a)

[...] “sintomas de heterogeneidade crescente colocam em dúvida se o trabalho assalariado dependente enquanto tal pode ainda ter um significado preciso e compartilhado pela população trabalhadora e seus interesses e atitudes sociais e políticos” (OFFE, 1989, p. 176 apud PRADO, 2005a, p. 39).

Comparável à percepção de Offe é a observação feita por Toledo (2009) de que os estudos sobre o trabalho que durante quase todo o século XX, centravam-se nos mercados e processos de trabalho, na regulação e relações laborais e nas ações coletivas vinculadas ao trabalho assalariado, ao verificarem a permanência e a extensão de formas atípicas de trabalho como, não assalariados, informais, precários, vulneráveis, flexíveis, entre outras, passaram a entender essas antigas e novas categorias incapazes de constituírem identidade e projetos coletivos o que culminaria na atomização dos indivíduos e no desmantelamento da estrutura social.

Tal percepção vai em direção à noção de “*declínio da ética do trabalho*”, já que a flexibilização e a dinamização do trabalho estariam levando ao esvaziamento da vocação, no sentido weberiano. (Offe, 1983, apud Albuquerque, 1996).

Em oposição à noção de um processo de deslocamento do trabalho, assim como entendido por Offe (1983) apud Albuquerque (1996), reiteramos que nesta reflexão comungamos do posicionamento de Albuquerque (1996) a favor da noção de que o trabalho passa por um movimento de reposicionamento ao longo de sua história.

Albuquerque (1996) assenta sua proposição na justificativa de que se foi possível uma mudança tão drástica no processo de produção, que consiste basicamente no aumento do trabalho intelectual em detrimento da diminuição do trabalho manual, foi graças à [...] elevada capacidade produtiva global (trabalho social) (ALBUQUERQUE, 1996, p. 49). O que põe novamente o trabalho em um lugar central.

A respeito do avanço do trabalho intelectual (Offe, 1983, apud Albuquerque, 1996) tece sua crítica argumentado que este tipo de trabalho não é passível de ser medido pelo tempo direto de dispêndio de força de trabalho o que segundo o autor

contraria a teoria do valor de Marx e põe em evidência a perda da centralidade da categoria trabalho.

Contudo, o argumento de Offe é refutado se se considera que:

[...] ninguém melhor do que Marx prefigurou - com mais de cem anos de antecedência e de um modo estritamente teórico - o advento de uma etapa no desenvolvimento do capitalismo em que a geração de riqueza não poderia mais ser adequadamente medida pelo tempo de trabalho, já que passaria a depender crucialmente dos conhecimentos tecnológicos e científicos mobilizados, objetiva e subjetivamente, durante o tempo de trabalho. [...] essa etapa encontra-se caracterizada como uma maneira de produzir historicamente nova que surgiria com o desenvolvimento da grande indústria (a ser chamada, por isso, de pós-grande indústria). (ALBUQUERQUE, 1996, p. 40/41)

Já quanto ao “declínio da ética do trabalho”, indicado por Offe (1983, apud Albuquerque, 1996), o contra-argumento assenta-se na noção de que com a ascensão do trabalho intelectual, passou-se a se exigir um novo tipo de qualidade do trabalhador, qualidade esta que, por sua natureza, contrariam a ética do trabalho. Nas palavras de Albuquerque (1996, p. 51):

O que é requerido para o desenvolvimento do trabalho de “invenção” é bem diferente do requerido anteriormente: agora se requer uma larga formação, certo grau de criticidade, contatos com a produção intelectual a escala mundial, formação cultural minimamente ilustrada, capacidade de relacionamento interdisciplinar. Item por item são características bem distintas de uma ascética glorificação do trabalho físico mais duro.

Ademais, é necessário ressaltar que as novas formas de trabalho, cada vez mais heterogêneas e diversificadas não refletem uma mudança no interior do próprio trabalho em seu sentido ontológico, mas sim, se dão em resposta às demandas criadas pelo capital, como bem enfatiza Antunes (2006, p. 11).

[...] A redução do proletariado estável, herdeiro do taylorismo/fordismo, a ampliação do trabalho "mais intelectualizado" no interior das plantas produtivas modernas e de ponta, e a ampliação generalizada das formas de trabalho precarizado, part-time, terceirizado, desenvolvidas intensamente

na "era da empresa flexível" e da desverticalização produtiva, são fortes exemplos da vigência da lei do valor.

A preeminência do capital sobre o trabalho se torna mais nítida com o processo contínuo de valorização e desvalorização dos trabalhadores (BERNARDO, 1989), o autor parte da premissa de que a produção de trabalhadores se dá no mesmo nível da produção qualquer bem ou serviço capitalista. Nesse sentido, assim como os produtos oriundos de estádios tecnológicos anteriores sofrem uma desvalorização em relação aos mais modernos, uma geração de trabalhadores é desvalorizada pelo capital em relação à geração subsequente. Isso em decorrência de um processo contínuo de incorporação de conhecimento que em situação de mais valia relativa, é sempre crescente.

O autor em pauta deflagra ainda que a obsolescência da qualificação que implica ao trabalhador sua desvalorização no mercado de trabalho, para o capital representa uma fonte de lucro, já que mesmo tendo sua qualificação depreciada, o trabalhador não se desqualifica, ou seja, não perde o conhecimento e a instrução que absorveu sendo ainda útil ao capital a um custo muito menor. O que corrobora com o entendimento de Albuquerque (1996) de que a apropriação do conhecimento social geral se dá por uma classe dominante em bases mesquinhas.

À respeito o autor observa que se o prognóstico de Offe, de que não é irrealista [...] esperar um declínio drástico na absorção potencial do mercado de trabalho num futuro próximo (OFFE, 1983, p. 186 apud Albuquerque, 1996, p. 51), está se confirmando é graças à socialização perversa dos ganhos de produtividade, já que:

Se o progresso tecnológico tivesse sido acompanhado de uma capacidade dos trabalhadores e da sociedade em conquistar reduções radicais na jornada de trabalho, a configuração do mercado de trabalho seria certamente, outra (seguramente não se basearia na dinâmica atual de redução de emprego). (ALBUQUERQUE, 1996, p. 53)

Por fim, resta-nos o questionamento de como seria possível a construção de uma identidade coletiva de trabalhadores, sendo estes cada vez mais díspares, individualizados, e até mesmo indiferentes às demandas coletivas, que por sua vez, são mais e mais suplantadas pelos interesses pessoais de quem luta diariamente por uma ocupação em um mercado de trabalho cada vez mais instável e dinâmico. E

considerando ainda, a emergência e predominância do setor terciário em relação à produção de coisas, que de acordo Offe (1989, apud Prado, 2005a) caracteriza a sociedade pós-industrial, é possível pensar em unificação da classe trabalhadora da pós-grande indústria?

Em resposta, Toledo (2009) afirma que o conceito de identidades coletivas requer reconhecer relações sociais compartilhadas, porém este exercício implica sempre numa abstração das diferenças. Para ilustrar esta possibilidade o autor observa que vários trabalhadores podem se identificarem como a massa de perdedores da globalização e da flexibilização em oposição à outra massa de ganhadores.

Quanto o apontamento de Offe (1989, apud Prado, 2005a) de que o avanço do terceiro setor implica na radicalização da distinção entre “trabalho produtivo” e “trabalho como serviço”, Toledo (2009) e Albuquerque (1996) oferecem-nos um importante esclarecimento. Os autores convergem no entendimento de que não importa que o que se produza sejam bens ou serviços, pois ambos caracterizam trabalho produtivo.

Ou seja, a diferença histórica entre trabalho e não trabalho não pode ser determinada pelo tipo de atividade e objeto, sim por ser geradora de produtos úteis em articulação com certas relações sociais de subordinação, cooperação, exploração e autonomia. (TOLEDO, 2009, p. 120 tradução nossa)

A superação da dicotomia maniqueísta entre trabalho e não trabalho, para além de abrir a possibilidade de entendimento das novas configurações do trabalho na sociedade da pós-grande indústria, põe em evidência a continuidade da exploração do trabalho pelo capital, que apesar de agora assentar-se em novas formas de extração de mais valia, em nada perde seu potencial espoliativo, ao contrário, se apropria do conhecimento socialmente construído de forma cada vez mais desigual.

Obstante a nova forma de subsunção do trabalho ao capital, a centralidade do trabalho em nada contradiz a essência da sociedade atual, ao contrário, assim como se deu nele o cerne das transformações ocorridas está também nele a possibilidade de novas apreensões inclusive no sentido da emancipação social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos limites desta reflexão intentou-se demonstrar, ainda que minimamente, a relação do trabalho com as transições de ordem econômica, social e cultural ocorridas na sociedade, sobretudo no limiar do século XX com o processo de transição à acumulação flexível, à pós-grande indústria. Considerando a amplitude do processo da transformação capitalista até os dias atuais, objetivou-se se ater ao movimento e a contribuição do trabalho no desfecho da nova forma de acumulação capitalista enquanto imprescindível e central.

Com base na noção do reposicionamento do trabalho, depreendida das contribuições dos autores referenciados, foi possível apreender que a reorganização do trabalho na sociedade da pós-grande indústria, com base no aumento do trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual, implicou em mudanças na organização da classe trabalhadora que se viu mais heterogeneizada e diferenciada em relação à etapa fordista, o que, no entanto não representa o impeditivo para a formação da identidade coletiva de classe, para isso, se requer tão somente uma visão mais ampla do processo e o reconhecimento de que trabalho independente da forma sob a qual se apresente ainda constitui a mola propulsora de transformação social, não obstante, ainda circunscrito a uma relação de base desigual e mesquinha, que apesar de sofrer alterações é (des) contínua, o que se revela por seu caráter intrinsecamente espoliativo.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. M., O Reposicionamento do Trabalho: notas sobre a centralidade do trabalho intelectual na sociedade contemporânea. In: ALBUQUERQUE, E. M. **Invenções, Mutações: O Progresso Científico-Tecnológico em Habermas, Offe e Arrow**. Belo Horizonte: UMA, 1996, p. 23-54.

ANTUNES, Ricardo, **Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_, **O sentido do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo editorial, 2009.

BERNARDO, João. **A produção de si mesmo**. Educação em Revista. nº 10 Belo Horizonte, 1989.

FAUSTO, Ruy. **A "pós-grande indústria" nos Grundrisse (e para além deles)**. São Paulo: Lua Nova no.19, 1989.

HARVEY. David. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 1989.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.** São Paulo: Contexto, 2000.

PRADO, Eleutério. **Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria.** São Paulo: Xamã, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Pós-grande indústria e neoliberalismo.** Revista de Economia Política, vol. 25, nº 1 (97), 2005b, p. 11-27.

TOLEDO, Enrique de la Garza. Hacia un concepto ampliado de trabajo. In: NEFFA, Júlio; TOLEDO, Enrique de la Garza; MUNIZ, Leticia Terra. **Trabajo, empleo, calificaciónes profesionales, relaciones de trabajo e identidades laborales.** - 1a ed. - Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO : 2009, p. 111-140.